

23/09/2014

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 122.615 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
RECTE.(S)	: ADEMIR RODRIGUES DA SILVA
RECTE.(S)	: FERNANDO ALVES MOSQUEIRA
RECTE.(S)	: DALMIR FRANCO MARCHON
ADV.(A/S)	: GERALDO MARTINHO
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. PEDIDO EXPRESSO DE SUSTENTAÇÃO ORAL. FALTA DE INTIMAÇÃO DA DATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO

1. Configura cerceamento de defesa o julgamento de *habeas corpus* sem que se atenda ao pedido expresso de prévia intimação, por qualquer meio, do impetrante para a realização de sustentação oral.

2. Recurso ordinário em *habeas corpus* provido para que o Superior Tribunal de Justiça realize outro julgamento, com prévia ciência dos advogados dos recorrentes, de modo a permitir-lhes a realização de sustentação oral.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto do relator.

Brasília, 23 de setembro de 2014.

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR

23/09/2014

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 122.615 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
RECTE.(S)	: ADEMIR RODRIGUES DA SILVA
RECTE.(S)	: FERNANDO ALVES MOSQUEIRA
RECTE.(S)	: DALMIR FRANCO MARCHON
ADV.(A/S)	: GERALDO MARTINHO
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto de acórdão unânime da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, da relatoria do Ministro Marco Aurélio Bellizze, assim ementado:

“HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. OMISSÕES NO ACÓRDÃO. RECURSO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. DESNECESSIDADE DE APRECIÇÃO DE TESES QUE EXTRAPOLAM AS ALÍNEAS APONTADAS COMO FUNDAMENTO DA IRRESIGNAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENTE. 3. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO. EXISTÊNCIA DE DUAS TESES. REVOLVIMENTO DE PROVAS. IMPROPRIEDADE DO WRIT. 4. DOSIMETRIA DA PENA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. 5. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

RHC 122615 / SP

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir **habeas corpus** que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência de constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de **habeas corpus** de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal.

2. Na espécie, o recurso de apelação foi interposto com fundamento no art. 593, inciso III, alíneas **c** e **d**, do Código de Processo Penal, inexistindo, nas preliminares suscitadas pela defesa - inconstitucionalidade da disposição que revogou o protesto por novo júri e ofensa ao princípio que garante a razoável duração do processo – questão subsumível nas indicadas alíneas. O primeiro fundamento do recurso relaciona-se à injustiça no tocante à aplicação da reprimenda. A propósito, a instância recursal poderá corrigir a pena-base, excluir qualificadoras e causas de aumento, bem como incluir privilégios e causas de diminuição. A segunda alínea permite ao Tribunal de Justiça avaliar se a decisão popular encontra apoio no conjunto probatório constante dos autos. Assim, considerando que as mencionadas preliminares ultrapassam os limites de revisão autorizados pelas alíneas **a** e **c** do inciso III do art. 593 do Código de Processo Penal, nem sequer era necessária a análise dos sobreditos temas pelo órgão colegiado. Logo, com justificativa maior, não há, na sucinta fundamentação apresentada pelo colegiado local com o objetivo de rejeitar as supracitadas preliminares, obstáculo ao exercício das garantias do contraditório e da ampla defesa. Precedentes.

3. Tendo o Tribunal de origem reconhecido,

RHC 122615 / SP

motivadamente, que a decisão proferida pelo Tribunal do Júri não se mostrou manifestamente contrária à prova dos autos, não é dado a esta Corte Superior aferir se a decisão possui ou não amparo probatório nos autos. Referida providência demandaria minucioso cotejo fático-probatório, o que é vedado na via estreita do **writ**, remédio constitucional caracterizado pelo rito célere e pela cognição sumária, notadamente quando a Corte de origem analisou detidamente a questão, fundamentando as razões de convencimento que a levaram a concluir pela desnecessidade de renovação do julgamento.

Precedentes.

4. O pedido de revisão da dosimetria da pena não foi previamente apreciado pelo Tribunal de Justiça, sendo, portanto, vedada sua análise diretamente pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância.

5. Habeas corpus não conhecido.”

2. Os pacientes foram condenados pelo Tribunal do Júri a cumprir pena de 36 (trinta e seis) anos de reclusão por violação ao artigo 121, § 2º, inciso I e IV, c.c. o artigo 71, § único, do Código Penal. Em recurso de apelação, não provido pela Segunda Instância, a parte recorrente sustentou que: (i) a demora da prestação jurisdicional teria prejudicado os réus, porque, oito anos após os fatos apurados nos autos, sobreveio alteração legislativa, que mudou o procedimento do júri e aboliu o recurso de protesto por novo júri; (ii) o veredicto do júri seria contrário à prova dos autos, por se sustentar em testemunho não confiável; (iii) embora a defesa tenha se omitido acerca da dosimetria da pena, a Corte Paulista deveria tê-la reduzido ao mínimo legal de 16 anos; (iv) os desembargadores “*não se expressaram de forma clara, concisa, explícita e esmiuçada*” sobre os fundamentos que os levaram a afastar as teses apresentadas pela defesa.

3. No presente recurso ordinário, a parte recorrente pleiteia, em preliminar, o reconhecimento de nulidade do acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, por ausência de intimação para a Sessão de

RHC 122615 / SP

Julgamento do *habeas corpus*. Sustenta ter havido cerceamento de defesa por falta de apreciação da petição na qual o impetrante manifestara o interesse de realizar sustentação oral. No mérito, sob o argumento de fundamentação deficiente (art. 93, IX, da CF), alega nulidade do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou provimento à apelação dos pacientes.

4. A Procuradoria-Geral da República opinou pelo acolhimento da preliminar de nulidade suscitada. No mérito, ofereceu parecer pela denegação da ordem.

5. É o relatório.

23/09/2014

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 122.615 SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Conforme relatado, a parte recorrente alega, preliminarmente, a nulidade do acórdão recorrido, sob o fundamento de cerceamento de defesa. Pleiteia o retorno dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, a fim de que se realize novo julgamento do *habeas corpus*, respeitada a intimação prévia do impetrante para possibilitar-lhe a realização de sustentação oral.

2. Da leitura dos autos constata-se que o a defesa direcionou ao Relator do *habeas corpus* originário o seguinte pedido (eDoc 02, fls. 64):

“ (...)

O impetrante pretende sustentar, oralmente, perante este órgão colegiado os argumentos jurídicos da impetração.

Destarte, aguarda-se, com a antecedência necessária, a regular convocação para a prática do ato processual de julgamento do feito perante o órgão colegiado.”

3. Verifica-se, contudo, que o pedido do impetrante não foi apreciado. Assim, o *habeas corpus* foi julgado sem que a defesa tivesse a oportunidade de realizar a pretendida sustentação oral.

4. Nesse contexto, o recurso deve ser provido. Com efeito, na linha da jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, é nulo o julgamento de *habeas corpus* que não atende ao pedido expresso de prévia intimação da defesa para a realização de sustentação oral.

5. Sobre o tema, entre inúmeros, vejam-se os julgamentos do

RHC 122615 / SP

RHC, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 12.02.2014 e do RHC 110622 ED-segundos, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 23.11.2012, cujas ementas seguem respectivamente transcritas:

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. SUSTENTAÇÃO ORAL. FALTA DE INTIMAÇÃO DA DATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO. VIOLAÇÃO DA AMPLA DEFESA. ORDEM CONCEDIDA. 1. Imperiosa a intimação pessoal da Defesa da data do julgamento da impetração quando há pedido expresse para a realização de sustentação oral. Precedentes. 2. À falta de intimação pessoal da Defesa para sustentação oral, forçoso reconhecer a nulidade do julgamento da impetração no Superior Tribunal de Justiça. 3. Recurso ordinário em habeas corpus provido.”

“Embargos de declaração em recurso ordinário em habeas corpus. Alegação de prejuízo à defesa pela ausência de intimação para a realização do julgamento do writ. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade. Nulidade, todavia, reconhecida. Embargos rejeitados, com a concessão de ordem de habeas corpus de ofício. 1. O julgamento do recurso enfrentou adequadamente as questões postas pelos recorrentes, não estando presente nenhum dos vícios do art. 619 do Código de Processo Penal. 2. Embargos de declaração rejeitados. 3. Havendo pedido expresse nos autos de intimação para a realização do julgamento, é de se deferir o habeas corpus, em homenagem à envergadura maior do writ. 4. Ordem concedida de ofício para o rejuízo do recurso mediante prévia intimação dos recorrentes.”

6. Diante do exposto, dou provimento ao recurso ordinário tão somente para anular o julgamento do HC 251.441-SP e determinar que outro seja realizado pelo colegiado competente, com prévia ciência do advogado dos recorrentes, de modo a permitir-lhe a realização de sustentação oral.

RHC 122615 / SP

É como voto.

23/09/2014

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 122.615 SÃO PAULO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) –
Observo sempre o conhecimento, pelo impetrante, do dia do julgamento
do *habeas corpus*, quer requeira ou não esse conhecimento. Com maior
razão se há o requerimento.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 122.615

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO

RECTE.(S) : ADEMIR RODRIGUES DA SILVA

RECTE.(S) : FERNANDO ALVES MOSQUEIRA

RECTE.(S) : DALMIR FRANCO MARCHON

ADV.(A/S) : GERALDO MARTINHO

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma deu provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto do relator. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, 23.9.2014.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber e Roberto Barroso.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma